



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE CONTRATO SJES Nº 33/2024

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, E A EMPRESA SIGMA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE CENTRAIS PRIVADAS DE COMUTAÇÃO TELEFÔNICA BASEADAS EM TECNOLOGIA DE COMUTAÇÃO TEMPORAL (PABX CPA-T DIGITAL).

Processo Digital nº 0002736-09.2024.4.02.8002

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Espírito Santo**, CNPJ n.º **05.424.467/0001-82**, com sede na Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1877, Bairro Monte Belo, CEP: 29.053-245 – Vitória – ES, neste ato, representada pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro: **ROGERIO MOREIRA ALVES**.

CONTRATADA: SIGMA SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA., CNPJ nº **11.064.603/0001-73**, estabelecida à Rua São Francisco, 232, Sala 1311, Andar 13, Condomínio Green Center CD, Bloco Green Center Office, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-190. Tel.: - (41) 3360-6630, e-mail: licitacao@sigmatelecom.com.br, neste ato, representada por seu Sócio/Administrador: **REYNALDO COSTA E ROSA**.

As PARTES acima identificadas celebram o presente Contrato, cuja lavratura foi autorizada em 28/11/2024, despacho n. 0147064 dos autos do Processo em epígrafe, em decorrência do **Pregão Eletrônico nº 90020/2024**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, sujeitando-se as partes às determinações das normas e legislação supra indicadas, suas alterações posteriores, bem como mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (Art. 92, I – Lei 14.133/21):

1.1. O objeto do presente Contrato é a *prestação de serviços continuados de locação com instalação e manutenção de centrais privadas de comutação telefônica, baseadas em tecnologia de comutação temporal (PABX CPA-T Digital), autônomas e configuráveis, além de aparelhos telefônicos digitais, para atendimento da demanda de telecomunicações da Justiça Federal de Primeiro Grau no Espírito Santo*, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO (Art. 92, IV, XVIII – Lei 14.133/21):

2.1. O regime de execução da presente contratação é a empreitada por preço global, conforme Art. 6º, XXIX da Lei 14.133/2021.

2.2. Os modelos de gestão e de execução, constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA:

3.1. A vigência do presente Contrato será de **60 meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL, CONDIÇÕES E PRAZOS (Art. 92, VII – Lei 14.133/21):

4.1 – Local dos Serviços:

4.1.1. Os serviços serão prestados nos endereços ocupados pela Justiça Federal no Estado do Espírito Santo, presente atualmente nos seguintes locais:

a) Seção Judiciária em Vitória (Ed. Sede):

Av. Marechal Mascarenhas de Morais, n.º 1.877 – Bento Ferreira – Vitória – ES.

b) Subseção Judiciária da Serra:

Rua 1D, S/N, Esquina com a Norte-Sul, Bairro Civit II, Serra – ES.

c) Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim:

Av. Monte Castelo, S/N, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim – ES.

d) Subseção Judiciária de São Mateus:

Rua Coronel Constantino Cunha Júnior, n.º 1.334, Bairro de Fátima, São Mateus – ES.

e) Subseção Judiciária de Linhares:

Avenida Hans Schmogger, n.º 808, Bairro Nossa Senhora da Conceição, Linhares – ES.

f) Subseção Judiciária de Colatina:

Avenida Brasil, 232, Bairro Lacê, Colatina – ES.

4.2 – Prazos:

4.2.1. O gestor do contrato comunicará por escrito à CONTRATADA, através da Ordem de Início dos Serviços, com antecedência mínima de **10 (dez) dias corridos**, a data do início da instalação, devendo o serviço de instalação ser concluído em **até 5 (cinco) dias úteis**.

4.2.2. O prazo de duração da prestação dos serviços de locação é de **60 meses**, contado a partir da certidão emitida pelo gestor do contrato de que as centrais e todos os demais equipamentos estão disponibilizados à CONTRATANTE, ou seja, assim que todos os equipamentos estiverem instalados e em plena operação.

4.2.3. O Contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de **10 (dez) anos**, caso seja atestado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

4.2.3.1. Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

4.2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.2.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

4.2.3.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

4.2.3.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

4.2.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as

abrangências de aplicação.

4.3 – Condições para início dos Serviços:

4.3.1. Apresentar relação nominal dos funcionários da empresa que prestarão serviços à Seção Judiciária do Espírito Santo, constando nome completo e números dos documentos de identidade.

4.3.2. Indicar preposto para a supervisão dos serviços contratados, como também todos os meios de contato com o mesmo, sendo este o elo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, devendo o mesmo possuir poderes para solucionar problemas oriundos da relação contratual, sobretudo regularização de pendências. O preposto terá a obrigação de se reportar, quando necessário, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços na Administração, e de tomar as providências pertinentes para que sejam sanadas todas as falhas detectadas na execução do contrato.

4.3.3. Apresentar endereço de e-mail e número de telefone a serem utilizados em casos de necessidade de contato com a CONTRATADA.

4.3.4. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Conselho Profissional competente, referente ao serviço de instalação das CPCT's, com respectivo comprovante de pagamento. O profissional constante da ART deverá, necessariamente, estar vinculado à empresa CONTRATADA ou à subcontratada.

4.3.5. Ao término dos serviços de instalação, o gestor fará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO por meio de recebimento nos autos, certificando a respectiva data de conclusão, a partir da qual terá início o prazo de inspeção para avaliar se os serviços foram prestados em conformidade com as exigências do Edital.

4.3.3. O período de inspeção será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data certificada no Termo de Recebimento Provisório.

4.3.4. Se eventualmente for detectado algum problema na execução dos serviços, a CONTRATADA será notificada pelo gestor do Contrato para providenciar as correções, que deverão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

4.3.5. Estando os serviços de acordo com o Edital, o gestor de Contrato realizará o RECEBIMENTO DEFINITIVO.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (Art. 92, V – Lei 14.133/21):

5.1. O valor de locação mensal deste Contrato é de **R\$ 3.986,66 (três mil, novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, conforme a Tabela abaixo:

I - LOCAÇÃO MENSAL					
	Descritivo	Qtd.	Unidade	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
Ed. Sede (Vitória)	Placas e demais acessórios para ramais digitais	120	porta	R\$ 1,00	R\$ 120,00
	Placas e demais acessórios para ramais analógicos	264	porta	R\$ 1,00	R\$ 264,00
	Placas e demais acessórios para tronco digital E1	60	porta	R\$ 0,50	R\$ 30,00
	Placas e demais acessórios para tronco SIP	60	porta	R\$ 1,95	R\$ 117,00
	Aparelhos telefônicos digitais	107	pç	R\$ 3,00	R\$ 321,00
	Gabinete (inclusive fonte, quando aplicável) (ver nota 3)	1	pç	R\$ 349,80	R\$ 349,80
	Nobreak	1	pç	R\$ 24,96	R\$ 24,96
	Softwares, licenças e quaisquer equipamentos não listados nos itens anteriores desta planilha, concordantes com o Termo de Referência	1	lote	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Subtotal Ed. Sede (Vitória)					R\$ 1.376,76
Serra	Placas e demais acessórios para ramais digitais	8	porta	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Placas e demais acessórios para ramais analógicos	30	porta	R\$ 2,00	R\$ 60,00

	Placas e demais acessórios para tronco digital E1	30	porta	R\$ 1,00	R\$ 30,00
	Placas e demais acessórios para tronco SIP	30	porta	R\$ 2,25	R\$ 67,50
	Aparelhos telefônicos digitais	4	pç	R\$ 3,00	R\$ 12,00
	Gabinete (inclusive fonte, quando aplicável) (ver nota 3)	1	pç	R\$ 198,64	R\$ 198,64
	Nobreak	1	pç	R\$ 25,04	R\$ 25,04
	Softwares, licenças e quaisquer equipamentos não listados nos itens anteriores desta planilha, concordantes com o Termo de Referência	1	lote	R\$ 100,00	R\$ 100,00
	Subtotal Serra				R\$ 509,18
Cachoeiro de Itapemirim	Placas e demais acessórios para ramais digitais	32	porta	R\$ 2,00	R\$ 64,00
	Placas e demais acessórios para ramais analógicos	60	porta	R\$ 2,00	R\$ 120,00
	Placas e demais acessórios para tronco digital E1	30	porta	R\$ 0,50	R\$ 15,00
	Placas e demais acessórios para tronco SIP	30	porta	R\$ 2,25	R\$ 67,50
	Aparelhos telefônicos digitais	13	pç	R\$ 3,00	R\$ 39,00
	Gabinete (inclusive fonte, quando aplicável) (ver nota 3)	1	pç	R\$ 129,64	R\$ 129,64
	Nobreak	1	pç	R\$ 25,04	R\$ 25,04
Softwares, licenças e quaisquer equipamentos não listados nos itens anteriores desta planilha, concordantes com o Termo de Referência	1	lote	R\$ 100,00	R\$ 100,00	
Subtotal Cachoeiro de Itapemirim				R\$ 560,18	
São Mateus	Placas e demais acessórios para ramais digitais	8	porta	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Placas e demais acessórios para ramais analógicos	40	porta	R\$ 2,00	R\$ 80,00
	Placas e demais acessórios para tronco digital E1	30	porta	R\$ 0,50	R\$ 15,00
	Placas e demais acessórios para tronco SIP	30	porta	R\$ 2,25	R\$ 67,50
	Aparelhos telefônicos digitais	5	pç	R\$ 3,00	R\$ 15,00
	Gabinete (inclusive fonte, quando aplicável) (ver nota 3)	1	pç	R\$ 197,64	R\$ 197,64
	Nobreak	1	pç	R\$ 25,04	R\$ 25,04
Softwares, licenças e quaisquer equipamentos não listados nos itens anteriores desta planilha, concordantes com o Termo de Referência	1	lote	R\$ 100,00	R\$ 100,00	
Subtotal São Mateus				R\$ 516,18	
Colatina	Placas e demais acessórios para ramais digitais	8	porta	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Placas e demais acessórios para ramais analógicos	30	porta	R\$ 2,00	R\$ 60,00
	Placas e demais acessórios para tronco digital E1	30	porta	R\$ 1,00	R\$ 30,00
	Placas e demais acessórios para tronco SIP	30	porta	R\$ 2,25	R\$ 67,50
	Aparelhos telefônicos digitais	5	pç	R\$ 3,00	R\$ 15,00
	Gabinete (inclusive fonte, quando aplicável) (ver nota 3)	1	pç	R\$ 198,64	R\$ 198,64
	Nobreak	1	pç	R\$ 25,04	R\$ 25,04
Softwares, licenças e quaisquer equipamentos não listados nos itens anteriores desta planilha, concordantes com o Termo de Referência	1	lote	R\$ 100,00	R\$ 100,00	
Subtotal Colatina				R\$ 512,18	
Linhares	Placas e demais acessórios para ramais digitais	8	porta	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Placas e demais acessórios para ramais analógicos	30	porta	R\$ 2,00	R\$ 60,00
	Placas e demais acessórios para tronco digital E1	30	porta	R\$ 1,00	R\$ 30,00
	Placas e demais acessórios para tronco SIP	30	porta	R\$ 2,25	R\$ 67,50
	Aparelhos telefônicos digitais	5	pç	R\$ 3,00	R\$ 15,00
	Gabinete (inclusive fonte, quando aplicável) (ver nota 3)	1	pç	R\$ 198,64	R\$ 198,64
	Nobreak	1	pç	R\$ 25,04	R\$ 25,04
Softwares, licenças e quaisquer equipamentos não listados nos itens anteriores desta planilha, concordantes com o Termo de	1	lote	R\$ 100,00	R\$ 100,00	

Referência				
			Subtotal Linhares	R\$ 512,18
			Total Locação Mensal	R\$ 3.986,66

5.2. O valor total dos serviços de instalação é de **R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)**, conforme a Tabela abaixo:

II - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO			
Despesas de instalação incluindo materiais e configuração	Qtd.	Unidade	Valor
Central telefônica de Vitória	1	serviço	R\$ 1.800,00
Central telefônica de Serra	1	serviço	R\$ 1.000,00
Central telefônica de Cachoeiro de Itapemirim	1	serviço	R\$ 1.000,00
Central telefônica de São Mateus	1	serviço	R\$ 1.000,00
Central telefônica de Colatina	1	serviço	R\$ 1.000,00
Central telefônica de Linhares	1	serviço	R\$ 1.000,00
Despesas com deslocamento, diária e estadia	Qtd.	Unidade	Valor
Central telefônica de Vitória	1	serviço	R\$ 375,00
Central telefônica de Serra	1	serviço	R\$ 375,00
Central telefônica de Cachoeiro de Itapemirim	1	serviço	R\$ 500,00
Central telefônica de São Mateus	1	serviço	R\$ 800,00
Central telefônica de Colatina	1	serviço	R\$ 450,00
Central telefônica de Linhares	1	serviço	R\$ 500,00
Total Serviços de Instalação			R\$ 9.800,00

5.3. O valor global deste Contrato, para o período de 60 (sessenta) meses, é de **R\$ 248.999,60 (duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)**.

5.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII – Lei 14.133/21):

6.1. A despesa orçamentária decorrente da execução deste Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União da CONTRATANTE, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Nota de Empenho
168312	339039-12	338, de 02/12/2024

6.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, XIV, XVI, XVII – Lei 14.133/21):

7.1. São obrigações da CONTRATADA, além das constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, as seguintes:

7.1.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção.

7.1.2. A CONTRATADA obriga-se, ao longo de toda a execução do Contrato, a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.1.2.1. A CONTRATADA deverá comprovar a reserva de cargos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

7.1.3. A CONTRATADA obriga-se a cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

7.1.3.1. Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

7.1.4. A CONTRATADA obriga-se a cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

7.1.5. A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.1.6. A CONTRATADA obriga-se ao mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

7.1.7. A CONTRATADA obriga-se a não utilizar qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.1.8. A CONTRATADA obriga-se a manter atualizados os seus dados cadastrais como número de telefone, e-mail e endereço comercial para fins de comunicação com a CONTRATANTE, bem como, informar qualquer alteração em seu Contrato Social/Estatuto/Ata de Assembleia Geral para fins de legitimar quem a representa.

Parágrafo Único: O não cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição deste Contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções nele previstas.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, XIV – Lei 14.133/21):

8.1. São obrigações da CONTRATANTE, além das constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, as seguintes:

8.1.1. A CONTRATANTE deverá, antes de formalizar o Contrato ou prorrogar o prazo de sua vigência, verificar a regularidade fiscal Estadual e Municipal da CONTRATADA, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, conforme Art. 91, §4º da Lei 14.133/2021.

8.1.2. A CONTRATANTE também deverá, antes de formalizar o Contrato ou prorrogar o seu prazo de vigência, consultar se Empresa possui registro no Cadin - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público, já que a inscrição constitui fator impeditivo para a celebração de Convênios, Acordos, Ajustes ou

Contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos, conforme Art. 6º, III da Lei 10.522/2022.

8.1.3. A CONTRATANTE deverá, explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Contrato, conforme Art. 123 da Lei 14.133/2021.

8.1.4. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO (Art. 92, V e VI – Lei 14.133/21):

9.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se no Item 21 do Termo de Referência, parte integrante deste Contrato e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.2. A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES (art. 92, XIV – Lei 14.133/21):

10.1. A CONTRATADA, ao cometer algumas das infrações administrativas do Art. 155 da Lei 14.133/2021, sujeitar-se-á a **sanções**, sem prejuízo da cumulação com a penalidade de **multa compensatória**, quando cabível, de acordo com a Tabela abaixo:

Nº	INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	SANÇÃO	MULTA COMPENSATÓRIA
1	Der causa à inexecução parcial do Contrato.	Advertência	10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre a obrigação inadimplida.
2	Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União Federal, pelo prazo de 06 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses.	10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.
3	Der causa à inexecução total do Contrato.		10% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Contrato sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União Federal, pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses.	2% (dois por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato.

5	Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do Contrato.	Declaração de	10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato.
6	Praticar de ato fraudulento na execução do Contrato.	inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública	16% (dezesesseis por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.	21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.
8	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1/08/2013.		20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.1.1. Nos casos de inexecução parcial do Contrato, em não havendo valor pecuniário específico para a obrigação não cumprida no prazo estabelecido, será adotada como base de cálculo:

10.1.1.1. O valor total do Contrato ou de seu Aditamento, conforme o caso, para as ocorrências que impactem na execução do acordo como um todo, a exemplo das anotações de responsabilidade técnica, qualificação e capacitação dos empregados, alvarás de execução, matrículas de obra, documentos necessários para uso do bem, entre outros;

10.1.1.2. O valor mensal ou de outra periodicidade definida no Contrato, para os descumprimentos de obrigações acessórias, até o limite percentual máximo estabelecido nas multas compensatórias para as infrações n.º 1 e 2, para cada descumprimento ocorrido no período, a exemplo do pagamento de benefícios aos colaboradores da CONTRATADA, uso diário de uniformes e crachás, registro de ponto, entre outros;

10.1.1.3. O valor da fatura, para os casos de descumprimento de obrigações acessórias relacionada ao pagamento, até o limite percentual máximo estabelecido nas multas compensatórias para as infrações n.º 1 e 2, a exemplo do não cumprimento das condições de habilitação para realização do seu pagamento, entre outros;

10.1.1.4. o valor a ser garantido, para os casos de garantias contratuais e suas complementações.

10.1.2. As sanções n.º 2, 3, 5, 6, 7 e 8 serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até o limite máximo de 3 (três) ou 6 (seis) anos, para os casos de impedimento de licitar e contratar com a União e declaração de inidoneidade, respectivamente, em decorrência do seguinte:

10.1.2.1. Quando restar comprovado que a CONTRATADA tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas previstas no subitem acima, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em consequência do qual será aplicada a penalidade;

10.1.2.2. Quando a CONTRATADA, injustificadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

10.1.2.3. Quando restar comprovado que a CONTRATADA tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

10.1.3. As sanções n.º 2, 3, 5, 6, 7 e 8 serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, após a incidência do previsto no subitem 10.1.2, quando não tenha havido nenhum dano à CONTRATANTE, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

10.1.3.1. A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável da CONTRATADA.

10.1.3.2. A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

10.1.3.3. A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do Edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

10.1.4. Quando a ação ou omissão da CONTRATADA ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

10.1.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto nos art. 157 e caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), não impedindo que a CONTRATANTE promova a extinção unilateral do Contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e não excluirá, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado.

10.1.6. Na aplicação das sanções, a CONTRATANTE levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programas de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, bem como os antecedentes da CONTRATADA.

10.2. MULTA DE MORA:

10.2.1. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o contratado à multa de mora, calculada cumulativamente no percentual de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação cumprida com atraso, devendo ser aplicado sempre o valor mínimo de 0,5% do total do contrato, previsto no §3º do art. 155, da Lei 14.133, de 2021.

10.2.1.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a JFES a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

10.2.1.2. A base de cálculo da multa moratória deverá ser de, no mínimo, o valor total ou mensal do contrato ou da parcela executada com atraso.

10.2.1.3. Considera-se atraso injustificado a não apresentação, pelo contratado, no prazo determinado, de documentos e outros elementos previstos nos instrumentos indicados no contrato.

10.2.1.4. Caso o contratado entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue.

10.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso haja, ou será cobrada judicialmente.

10.2.3. A CONTRATANTE poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

10.2.3.1. Nos casos de reincidência, o valor da multa apurado no novo descumprimento será somado com o valor das multas cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

10.2.3.2. Não serão considerados reincidentes os descumprimentos advindos de Contratos distintos.

10.3. Na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#), os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão:

10.3.1. Ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros Contratos Administrativos que a CONTRATADA possua com a mesma CONTRATANTE.

10.3.2. Ser parcelados, total ou parcialmente, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE (Art. 92, V, §3º e §4º, I – Lei 14.133/21):

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **17/10/2024**.

11.2. Os preços dos serviços, objeto deste CONTRATO, desde que observado o interregno mínimo descrito no item anterior, poderão ser reajustados utilizando-se se a variação **do IPCA – IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

11.2.1. Fórmula de cálculo:

Pr = P + (P x V), onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 11.2 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

11.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

11.3.1. Se o período que define o cálculo do índice previsto no item 11.2 se completar e a CONTRATADA não solicitar formalmente o reajuste respectivo, ocorrerá a preclusão do direito a esse reajuste caso um outro período, subsequente ao anterior, também se complete, e assim, sucessivamente.

11.3.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o CONTRATO.

11.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as PARTES elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.6. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DA EXECUÇÃO (Art. 92, XII – Lei 14.133/21):

12.1. Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

13.1. A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

13.2. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE, conforme Art. 120 da Lei 14.133/2021.

13.3. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme Art. 121 da Lei 14.133/2021, cuja inadimplência não transferirá a responsabilidade à CONTRATANTE e não onerará o objeto do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

14.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **29% (vinte e nove por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a subcontratação de parcela principal da obrigação, a qual consiste em locação.

14.1.2. Poderá ser subcontratada a parcela do objeto relativa aos serviços de instalação.

14.1.3. Antes do início dos serviços subcontratados, a empresa subcontratada deverá ser formal e previamente apresentada à CONTRATANTE por meio de documento escrito, junto ao qual deverão estar anexadas as certidões comprovadoras de regularidade perante a Fazenda Nacional, à Previdência Social e ao FGTS. A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXTINÇÃO (Art. 92, XIX – Lei 14.133/21):

15.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independente de Termo de Rescisão.

15.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.2.1. Nesse caso, a rescisão ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do Contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

15.3. Constituirão, ainda, motivos para extinção do Contrato, os quais deverão ser formalmente motivados nos autos do Processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, os previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

15.4. A extinção do Contrato não configurará óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, cujo pedido deve ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE (Art. 92, II – Lei 14.133/21):

16.1. A execução do objeto contratado obedecerá ao estipulado neste Termo Contratual, bem como às condições assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais se vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

16.1.1 Edital do Pregão Eletrônico nº. 90020, realizado em 14/11/2024, e seus Anexos.

16.1.2. Proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

16.2. Como condição para assinatura deste Contrato, a CONTRATADA deverá Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, conforme modelo do Anexo 05 do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES:

17.1. A CONTRATANTE pode modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

17.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

17.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, não podendo transfigurar o objeto da contratação. No caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste Contrato Administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.1.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º](#) da Lei nº 13.709/2018.

18.1.2. A obrigação de que trata este item será comprovada mediante a assinatura, pela CONTRATADA, da Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – VEDAÇÕES:

19.1. É vedada à CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.2. É vedada à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CASOS OMISSOS E DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 92, III – Lei 14.133/21):

20.1. Este Contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

20.2. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da CONTRATANTE, decorrentes deste Contrato, serão feitas, preferencialmente, por e-mail, no endereço eletrônico indicado pela CONTRATADA na documentação ou proposta apresentadas, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DIVULGAÇÃO:

21.1. Visando à eficácia deste Contrato, A CONTRATANTE providenciará sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, contados da data da assinatura do Contrato.

21.2. Este Contrato também será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial da CONTRATANTE, em atenção ao [art. 91 da Lei 14.133/2021](#), [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO (Art. 92, §1º – Lei 14.133/21):

22.1. É eleito o **Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Espírito Santo** para dirimir os litígios oriundos da execução da presente contratação, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, assinado por meio eletrônico/digital, pelos representantes das PARTES, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Vitória - ES.

(Assinado e datado eletronicamente)

ROGERIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Diretor do Foro
Seção Judiciária do Espírito Santo
CONTRATANTE

(Assinado e datado eletronicamente)

REYNALDO COSTA E ROSA
Representante Legal
SIGMA SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **REYNALDO COSTA E ROSA**, **Usuário Externo**, em 09/12/2024, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO MOREIRA ALVES**, **Diretor do Foro**, em 10/12/2024, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0167414** e o código CRC **DFFEA130**.